26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 7 – Produção e Comunicação da Informação em Ciência, Tecnologia & Inovação

ACESSIBILIDADE E JUSTIÇA INFORMACIONAL EM REVISTAS CIENTÍFICAS

ACCESSIBILITY AND INFORMATION JUSTICE IN OPEN SCIENTIFIC JOURNALS

Denise Aparecida Freitas de Andrade – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Blena Estevam dos Santos – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Priscila Machado Borges Sena – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)
Janicy Aparecida Pereira Rocha – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
Ana Beatriz Mariano Pereira – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)

Modalidade: Resumo Expandido

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar as práticas de acessibilidade das políticas editoriais presentes em revistas científicas, a fim de compreender o posicionamento das revistas quanto à acessibilidade, orientada pelos princípios da Justiça Informacional, no contexto da Ciência Aberta. Em sua fundamentação teórica, o trabalho estrutura-se em duas partes, a saber: a conceituação de acessibilidade e Justiça Informacional; e a apresentação das diretrizes de acessibilidade para revistas científicas. O estudo utiliza a pesquisa documental de abordagem qualitativa, ao realizar um levantamento no Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras (Miguilim) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), acerca das revistas com o selo de práticas de Ciência Aberta que estavam disponíveis para consulta. Os resultados explicitam que, das 60 revistas que tiveram a política editorial analisada, 43 não apresentavam qualquer menção à acessibilidade digital, e 17 contavam com alguma declaração, orientação ou recomendação relacionadas à temática, em sua maioria apontando para os princípios de Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade (DEIA), os quais possuem forte aproximação com os princípios de justiça informacional.
Palavras-chave: acessibilidade digital; justiça informacional; revistas científicas.

Abstract: This work aims to analyze the accessibility practices of editorial policies present in scientific journals, in order to understand the journals' position regarding accessibility, guided by the principles of Information Justice, in the context of Open Science. In its theoretical framework, the article is structured in two parts: the conceptualization of accessibility and Information Justice; and the presentation of accessibility guidelines for scientific journals. The study uses documentary research with a qualitative approach, conducting a survey in the Directory of Brazilian Electronic Scientific Journals (Miguilim) of the Brazilian Institute of Information in Science and Technology (Ibict), regarding journals with the Open Science practices seal that were available for consultation. The results show that, of the 60 journals whose editorial policies were analyzed, 43 did not make any mention of digital accessibility, and 17 had some statement, guidance, or recommendation related to the topic, mostly pointing to the principles of Diversity, Equity, Inclusion, and Accessibility (DEIA), which are closely related to the principles of informational justice.
Keywords: digital accessibility; informational justice; scientific journals.

1 INTRODUÇÃO

O Movimento de Acesso Aberto busca facilitar o acesso às produções científicas disponíveis livremente na *Internet*, o que se fortaleceu pela Declaração de *Budapest Open Access Initiative* (BOAI). A declaração estabeleceu duas estratégias: a Via Verde, voltada à disponibilização das produções científicas nos repositórios digitais, pelo autoarquivamento, e a Via Dourada, focada na disponibilização das produções em periódicos de acesso aberto, sem restrições de acesso (BOAI, 2002).

A partir desse contexto, surge o conceito de Ciência Aberta (CA), que passa a ser compreendido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2021) como um conjunto de princípios e práticas de promoção do acesso imediato e permanente ao conhecimento produzido por meio da pesquisa, tornando a ciência mais transparente, confiável, reprodutível e disponível. O surgimento da Ciência Aberta reforça o compromisso da ciência com a democratização do acesso à informação, a qual se consolida pelos valores de qualidade e integridade, benefício coletivo, equidade e justiça, diversidade e inclusão (UNESCO, 2021).

Partindo da premissa de que a Ciência Aberta busca promover a inclusão, o debate sobre a acessibilidade digital no contexto das produções científicas está diretamente relacionado à Justiça Informacional. Pois, a acessibilidade deve ser percebida como uma das formas de se promover a justiça informacional e uma das principais maneiras de se buscar o acesso justo. A acessibilidade digital é percebida por Sales (2003) nos acessos aos recursos computacionais como *chat*, e-mail *etc*., e a acessibilidade mais específica no ambiente *web,*

também conhecida por e-acessibilidade, está relacionada aos recursos de estrutura das páginas dos *websites*, com as linguagens HTML, hiperconexões dos *links* e entre outros.

Para Schultz (2021), o acesso às produções decorrentes do Movimento do Acesso Aberto (MAA) inicia as discussões sobre a eliminação de barreiras, pois, para tornar uma publicação verdadeiramente acessível é necessário ir além do acesso como disponibilidade, deve-se buscar alcançar a acessibilidade.

Perante isso, visualiza-se na Justiça Informacional a possibilidade de tornar o acesso ao conhecimento científico mais justo e igualitário. Para Mathiesen (2015), a Justiça Informacional é compreendida como a maneira mais adequada de tratamento das pessoas, enquanto buscadoras de informação, em que o acesso é visto como algo além da disponibilização dos conteúdos.

É a partir dessa problemática que se insere a discussão sobre acessibilidade em revistas científicas enquanto um elemento fundamental para a consolidação do Acesso Aberto e da Ciência Aberta inclusiva. Estudos como Silva e Rocha (2025), Maia *et al.* (2025) e Andrade *et al*. (2025) apontam que, apesar dos avanços, ainda existem limitações relacionadas à adoção de formatos acessíveis. Além disso, Silva, Neubert e Dias (2025) destacam que a produção sobre acessibilidade em periódicos científicos ainda é limitada.

Buscando aprofundar o debate em torno da acessibilidade digital em revistas científicas e sua relação com a Justiça Informacional, esta pesquisa parte da seguinte questão: as políticas editoriais dos periódicos contemplam recomendações de acessibilidade e, em caso positivo, quais são elas e a quais princípios da Justiça Informacional estão alinhados? A partir desse questionamento, almeja-se analisar as recomendações de acessibilidade nas políticas editoriais presentes em revistas científicas, para compreender o posicionamento da revista quanto à acessibilidade, considerando sua relação com os princípios da Justiça Informacional.

2 ACESSIBILIDADE E A JUSTIÇA INFORMACIONAL

O conceito de acessibilidade, posto por Costa, Sousa e Campos (2026), aponta para a garantia de que todas as pessoas possam usufruir plenamente dos benefícios proporcionados pela vida em sociedade. No contexto da comunicação científica, as discussões sobre acessibilidade digital em revistas científicas têm se fortalecido especialmente a partir dos Princípios DEIA (Diversidade, Equidade, Inclusão e Acessibilidade), que orientam a construção de ambientes informacionais mais inclusivos e equitativos.

Neste cenário, diferentes organizações vinculadas à publicação científica e à promoção da Ciência Aberta vêm incentivando a incorporação de práticas e diretrizes de acessibilidade em periódicos científicos. Entre elas destacam-se a *Committee on Publication Ethics* (COPE), a Associação Brasileira de Editores Científicos (ABEC Brasil), a *Open Access Scholarly Publishing Association* (OASPA) e a *Council of Science Editors* (CSE), *The Diamond OA Standard* (DOAS), que têm contribuído para ampliar o debate sobre inclusão e acessibilidade no âmbito das publicações científicas.

Paralelamente, sistemas de indexação e avaliação de periódicos, tais como *Directory of Open Access Journals* (DOAJ), SciELO, Redalyc e o Catálogo 2.0 do Latindex, passaram a incorporar entre seus critérios de avaliação diretrizes para a incorporação de acessibilidade. Além disso, instituições como *Coalition for Diversity and Inclusion in Scholarly Communications* (C4DISC)[1] e *International Organization for Standardization* (ISO)[2] disponibilizaram normas orientadoras para promoção da acessibilidade em publicações.

Esse movimento evidencia que a acessibilidade ultrapassa uma dimensão estritamente técnica, constituindo-se também como uma questão de equidade no acesso e uso da informação científica. Em paralelo, a Justiça Informacional integra princípios de justiça distributiva, participativa e de reconhecimento, em diálogo com os desafios sociais contemporâneos vinculados ao acesso, à produção e à representação da informação (Cruz; Sena; Garcês-da-Silva, 2025).

Nesse sentido, os Princípios da Justiça Informacional, apresentados por Cruz, Sena e Garcês-da-Silva (2025), evidenciam seu alinhamento com a acessibilidade, sobretudo com a eliminação de barreiras informacionais e, consequentemente, das desigualdades que promovem. Ao estabelecer a correlação com os critérios de avaliação da Justiça Informacional em revistas científicas com práticas de Ciência Aberta, a promoção da acessibilidade está estritamente relacionada à Justiça Informacional (Mathiesen, 2015).

Os princípios da Justiça Informacional propostos por Garcês-da-Silva *et al.* (2022), percebidos como mais alinhados a acessibilidade digital para este estudo são: **Princípio 1 (P1)**, focado em combate às injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais,

[1] [Inicio da nota] A C4DISC disponibiliza o documento *'Accessibility',* publicado em outubro de 2022. Disponível em: https://c4disc.pubpub.org/pub/v4up8c2n/release/1?readingCollection=8dea2bef. [Fim da nota].

[2] [Início da nota] No âmbito da acessibilidade digital, destacam-se as normas ISO 14289-1:2014 (PDF/UA-1) e ISO 14289-2:2024 (PDF/UA-2). [Fim da nota].

representacionais etc.; **Princípio 4 (P4)**, onde produtos, programas e serviços em sistemas institucionais, organizações culturais, bibliotecas e unidades de informação, estão orientados em Justiça Social; **Princípio 5 (P5)**, que estabelece estruturas comuns de distribuição, recepção e comunicação da informação; **Princípio 8 (P8)**, onde a educação informacional é essencial para identificação e compreensão das necessidades, com uso de diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, para o pleno exercício da cidadania e transformação social.

Ressalta-se que, todos os princípios são voltados à promoção de igualdade e inclusão, ao estabelecerem o acesso igualitário, ao destacar o acesso à informação como direito humano, entre outros. Porém, entende-se que os princípios são generalistas quando se pensa na acessibilidade digital.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho se caracteriza como pesquisa documental de abordagem qualitativa que realiza análise de conteúdo a partir de um levantamento no Diretório das revistas científicas eletrônicas brasileiras (Miguilim), iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). O ponto focal da análise são as revistas registradas no Miguilim com o selo de "Práticas de Ciência Aberta", delimitando a população estudada a 61[3] revistas, em coleta realizada entre os dias 25 e 28 de maio de 2026.

O selo de "Práticas de Ciência Aberta" compreende a uma ferramenta que atribuiu reconhecimento às revistas científicas que atingem pelo menos 80% da pontuação máxima no "Termômetro de Acesso Aberto e Ciência Aberta"[4]. Assim, o Quadro 1 apresenta a lista das (60) revistas que compõem a pesquisa, bem como a pontuação recebida por elas no termômetro.

[3] [Início da nota] Contudo, para a composição da população, foram consideradas 60 revistas, uma vez que a revista Revista de Governança Corporativa (Edição em Português), encontrava-se inacessível no período de coleta de dados. [Fim da nota].

[4] [Início da nota] O termômetro, considera as respostas fornecidas pelos próprios editores ou equipes editoriais das revistas e a analisa 22 metadados, que recebem notas entre 0 e 2, conforme o nível de abertura e acesso, totalizando 44 pontos. Mais informação disponíveis em: https://miguilim.ibict.br/static/pages/perguntas-frequentes.jsp#OqueEoTermometro. [Fim da nota].

Quadro 1 - Relação de revistas com o selo de "Práticas de Ciência aberta" no Miguilim

Revistas	Pontuação
Cadernos de Linguística	100%
Pensar (Fortaleza); Revista Brasileira de Direito Processual Penal; Aufklärung (João Pessoa)	93%
Revista Sítio Novo; Práticas Educativas; Memórias e Oralidades; Revista Semestral de Direito Econômico	90%
Direito em Movimento (Rio de Janeiro); Revista da EMERJ; Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário; AtoZ (Curitiba); Revista Ensino de Geografia (Recife); Revista Brasileira de Cancerologia; RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação; Educação e Pesquisa; Revista Brasileira de Gestão e Inovação	88%
Brazilian Journal of Motor Behavior; Onomástica desde América Latina; Revista Inteligência Competitiva; Múltiplos Olhares em Ciência da Informação; Educação & Formação (Fortaleza); Revista de Geografia (Recife); REGEPE *Entrepreneurship and Small Business Journal*; *Hansenologia Internationalis*	86%
Revista de Direito da Faculdade Guanambi; *Brazilian Journal of Radiation Sciences*; Alea; Somma; Pro-Posições; Revista Direito GV; Ciência da Informação Express; Diálogos Interdisciplinares em Psiquiatria e Saúde Mental; Ensaios de Geografia; Revista de Filosofia Aurora; Revista Brasileira de Sexualidade Humana; Revista Brasileira de Atividade Física & Saúde; Estrabão; Patrimônio e Memória	84%
Revista Educar + (Pelotas); Cadernos Eletrônicos Direito Internacional sem Fronteiras; Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção; Revista Uningá; UNINGÁ Review; *Geriatrics*; *Gerontology and Aging*; *Educitec*; Revista Fios de Letras; Cadernos EBAPE.BR; Revista de Administração Pública; *Brazilian Journal of Transplantation*; *Journal of Aerospace Technology and Management*; Heringeriana; Geopauta; REMHU; Revista Edutec (Campo Grande); Revista Decifrar; Revista de Investigações Constitucionais; Cadernos de Tradução (Florianópolis); Estudos de Sociologia (Recife); Direito & TI; Sala 8	81%

Fonte: elaboração própria (2026).

Para investigar as recomendações de acessibilidade, a pesquisa concentrou-se exclusivamente na análise das políticas editoriais e nas informações disponibilizadas nos *websites* das revistas. A coleta e análise foram desenvolvidas em três etapas: **1)** realizou-se um levantamento documental com o objetivo de identificar recomendações e orientações relacionadas à acessibilidade presentes nos documentos disponibilizados por organizações e serviços de indexação relacionados à comunicação científica. Foram analisados os documentos da COPE, ABEC Brasil, OASPA, CSE, DOAS, DOAJ, SciELO, *Redalyc*, *Latindex*,

C4DISC e ISO[5]. As recomendações identificadas foram sistematizadas e agrupadas em categorias analíticas, constituindo o parâmetro utilizado para a análise das revistas; **2)** investigou-se a existência de declarações, menções ou orientações relacionadas à acessibilidade digital e à promoção de publicações mais acessíveis nas políticas editoriais *e websites,* das revistas selecionadas; **3)** buscou-se identificar e categorizar as práticas de acessibilidade explicitamente adotadas pelas revistas, relacionando-as aos princípios 1, 4, 5 e 8 da Justiça Informacional identificados no tópico.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise documental das recomendações propostas pelas organizações, iniciativas e serviços de indexação revelou que a acessibilidade vem sendo progressivamente incorporada às discussões sobre qualidade editorial, ética, transparência e inclusão na comunicação científica. Embora as recomendações apresentem diferentes níveis de detalhamento, o principal aspecto identificado refere-se ao reconhecimento de que os editores devem assumir a responsabilidade direta pela promoção da acessibilidade em suas publicações. Esse movimento converge com a perspectiva da Ciência Aberta apresentada pela UNESCO (2021), que associa a abertura da ciência a princípios de equidade, justiça, diversidade e inclusão.

A partir das recomendações identificadas, analisaram-se as políticas editoriais das 60 revistas selecionadas. Entre elas, 43 (71,7%) não apresentavam qualquer menção à acessibilidade digital, enquanto apenas 17 (28,3%) continham alguma declaração, orientação ou recomendação relacionadas à temática. Esses resultados indicam que a acessibilidade ainda ocupa espaço limitado nas políticas das revistas científicas o que dialoga com estudos anteriores que apontam limitações na incorporação da acessibilidade às publicações científicas (Andrade *et al*., 2025; Maia *et al.*, 2025; Silva; Rocha, 2025) e reforça a discussão de Schultz (2021) sobre a necessidade de superar a compreensão do acesso como mera disponibilidade da produção científica.

O Quadro 2 apresenta a síntese das recomendações identificadas, bem como sua correspondência com os princípios da Justiça Informacional propostos por Garcês-da-Silva *et*

[5] [Início da nota] As referências e os links dos documentos analisados, assim como os respectivos trechos que abordam a acessibilidade, encontram-se disponíveis nos dados de pesquisa. O conjunto está disponível em repositório de dados, Aleia (IBICT): https://doi.org/10.48472/aleia/BOYLDV. [Fim da nota].

al. (2022) e adotados neste estudo. Adicionalmente, apresenta o número de periódicos (n=17) que mencionam ou evidenciam aspectos relacionados a cada recomendação.

Quadro 2 - Panorama das recomendações de acessibilidade em revistas[6]

Nº	Recomendação	Organização	Quantitativo de revistas	Princípios de Justiça Informacional
R1	Promoção de práticas de acessibilidade nas políticas editoriais (DEIA)	SciELO, DOAJ, OASPA, CSE, DOAS, COPE, ABEC	15	P1; P4; P5
R2	Inclusão de facilidades de acesso como recursos de multimídia	*Latindex* e *Redalyc*	02	P1
R3	Uso de múltiplos formatos de publicação acessíveis e interoperáveis	SciELO, *Redalyc*, *Latindex*	03	P1
R4	Adoção de diretrizes de leitura, navegação e escrita acessível	PKP, C4DISC	06	P1; P8
R5	Implementação de recursos gráficos acessíveis	PKP, C4DISC, ISO	02	P5
R6	Uso de recursos audiovisuais mais acessíveis	PKP, C4DISC	02	P5
R7	Estruturação acessível de páginas e documentos	PKP, ISO	00	P5
R8	Publicização das práticas e ações de acessibilidade (descrições e feedback)	PKP, DOAJ	01	P8
R9	Uso do formato PDF acessível (PDF/UA)	ISSO	00	P5

Fonte: elaboração própria (2026).

Com base nos dados analisados, é notório a promoção dos princípios DEIA (15 revistas) como a principal recomendação de acessibilidade presente nas políticas editoriais brasileiras. Tal recomendação está alinhada aos princípios 1, 4 e 5 da Justiça Informacional propostos por Garcês-da-Silva *et al.* (2022), voltados para a criação de políticas que minimizem as injustiças sociais e informacionais, através de uma conduta ética. Observa-se também, o destaque da recomendação de navegação, leitura e escrita acessível (6 revistas), onde as revistas disponibilizam orientações para implementar recursos de navegação mais acessíveis

[6] Nota: n.=17 revistas.

(exemplo: uso das teclas de atalho) e desestimular o uso de palavras e expressões discriminatórias e capacitistas. Essa recomendação está alinhada aos princípios 1 e 8 da Justiça Informacional propostos por Garcês-da-Silva *et al.* (2022), pois estes retratam a importância de se pensar na navegação e busca para que todas as pessoas consigam compreender independentemente da escolaridade e até mesmo que se possa utilizar a voz para realizar comandos.

Em contrapartida, observa-se uma importante lacuna entre o reconhecimento da acessibilidade como princípio e sua incorporação às práticas editoriais. Embora 15 revistas apresentem recomendações relacionadas aos princípios DEIA, nenhuma das 17 revistas analisadas apresenta, em suas políticas editoriais, orientações aos autores para a produção ou utilização de PDF acessível. Além disso, verificou-se que os artigos das 17 revistas são disponibilizados em PDF padrão, sem identificação do uso do formato PDF/UA. Esse resultado evidencia uma possível distância entre o acesso à produção científica e a garantia de sua acessibilidade. Conforme Schultz (2021), para que uma publicação seja verdadeiramente acessível, é necessário avançar para além da disponibilidade do conteúdo e alcançar a acessibilidade.

Portanto, com os resultados deste estudo, nota-se um comportamento comum de muitas instituições afirmarem promover a acessibilidade, sem, contudo, assegurar sua efetivação nas revistas, seja pela ausência de recursos técnicos nas interfaces e nas estruturas dos sites, ou pela falta de metadados e arquivos acessíveis. Tal cenário pode ser potencializado pelas exigências de recomendações estabelecidas por indexadores e organizações vinculadas às publicações científicas, com a ausência de validação ou verificação das declarações de acessibilidade. As autoras Silva e Rocha (2025) reforçam essa problemática da ausência de acessibilidade na produção e disseminação do conhecimento científico, destacando a fragilidade das práticas editoriais, as quais não estão alinhadas às recomendações consolidadas de acessibilidade, como *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG).

Diante disso, a análise dos dados permite concluir que os recursos de acessibilidade voltados ao *design* da interface e à estrutura dos *websites* (linguagem de programação) são pouco contemplados pelas políticas editoriais. Tal cenário leva a deduzir que a acessibilidade, quando presente nas revistas, ainda é apresentada de maneira genérica. Sob a perspectiva da Justiça Informacional, essa característica é relevante por se relacionar à concepção de Mathiesen (2015), segundo a qual o acesso à informação deve considerar as diversidades das

pessoas para se beneficiarem dela enquanto recurso. Pois, ainda segundo a autora, o acesso justo à informação deve considerar as pessoas como buscadores de informação e assim promover o acesso equitativo aos recursos informacionais. O que não é observado no levantamento das revistas científicas realizado na presente pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa analisou as práticas de acessibilidade presentes nas políticas editoriais das revistas científicas que possuem o selo de "Práticas de Ciência Aberta" do Miguilim, buscando compreender sua relação com os princípios da Justiça Informacional. Os resultados evidenciaram que, embora parte das revistas reconheça a acessibilidade em suas políticas, sua incorporação ainda ocorre de forma limitada. Diante disso, a consolidação de uma Ciência Aberta efetivamente inclusiva exige o reconhecimento da acessibilidade como dimensão estruturante das práticas editoriais. Dessa forma, a incorporação de recomendações de acessibilidade nas políticas editoriais mostra-se necessária para se fazer cumprir os princípios de Justiça Informacional.

Sob a perspectiva da Justiça informacional, a adesão aos princípios DEIA pelas revistas representa um avanço no combate às injustiças sociais, informacionais e representacionais, ao incentivar a adoção de práticas editoriais mais inclusivas e equitativas. Neste contexto, a acessibilidade constitui-se em um elemento fundamental para a consolidação da Ciência Aberta, uma vez que o movimento prevê não apenas o acesso à informação, mas pressupõe a garantia de condições de acesso mais efetivas. Assim, a acessibilidade se apresenta como um caminho de consolidação da Justiça Informacional. Tal entendimento dialoga com a Recomendação da UNESCO (2021) que estabelece os princípios norteadores da Ciência Aberta, equidade e justiça, diversidade e inclusão, igualdade de oportunidades e a colaboração e participação.

Além disso, Cruz, Sena e Garcês-da-Silva (2025) defendem que a Justiça informacional e a Ciência Aberta são movimentos orientados em direção ao acesso equitativo e justo à informação, reconhecendo que a informação pode ser um instrumento potencial para reparar desigualdades epistêmicas, históricas e sociais que afetam grupos minoritários ou excluídos. Contudo, conforme evidenciado pelos dados da pesquisa, a adesão aos Princípios DEIA não garante, necessariamente, a implementação absoluta de recursos acessíveis nas publicações científicas.

Como limitação, destaca-se que a pesquisa se concentrou na análise documental das políticas editoriais não contemplando uma avaliação técnica da acessibilidade das interfaces, dos *websites* e dos arquivos das publicações. Dessa forma, os resultados permitem identificar como a acessibilidade é declarada e orientada nas políticas editoriais, mas não possibilitam avaliar, de maneira abrangente, o nível de acessibilidade efetivamente implementado nas revistas.

Espera-se que este trabalho contribua para o fortalecimento do debate acerca da Justiça Informacional e da acessibilidade digital, dentro do contexto das revistas científicas e das publicações científicas. Ademais, para além dos resultados apresentados na presente pesquisa, sugere-se para investigações futuras a análise aprofundada das práticas de acessibilidade pelas editoras, assim como a análise da interface das revistas e os recursos de acessibilidade que são implementados segundo diretrizes internacionais, como a WCAG.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Denise Aparecida Freitas; SANTOS, Blena Estevam dos; LIMA, Millena Cordeiro Matos de; MORAIS, Cássio Teixeira de *et al.* Acessibilidade digital como inovação em revistas científicas brasileiras com práticas de Ciência Aberta. *In:* CONFERÊNCIA INTERNACIONAL BIREDIAL-ISTEC, 14., 2025, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: IBICT, 2025. Disponível em: https://submissions.istec.org/index.php/biredial-istec/article/view/391. Acesso em: 3 jun. 2026.

BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE (BOIA). **Read the Declaration**. Budapest: BOAI, 2002. Disponível em: https://www.budapestopenaccessinitiative.org/read/. Acesso em: 15 maio 2026.

COSTA, Levi Cadmiel Amaral da.; SOUZA, Marckson Roberto Ferreira de.; CAMPOS, Arthur Ferreira. Mapeamento da produção da Ciência da Informação brasileira acerca da temática acessibilidade web: uma revisão de literatura. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 24, 2026. Disponível em: https://cip.brapci.inf.br//download/366425. Acesso em: 27 maio 2026.

CRUZ, Gabriela Garibaldi; SENA, Priscila; GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro. Quem controla a Ciência Aberta?: Critérios de Justiça Informacional para (Re)pensar Revistas Científicas. **Conferencia Internacional BIREDIAL-ISTEC**, [*s. l.*], 2025. DOI: 10.22477/xiv.biredial.376. Disponível em: https://submissions.istec.org/index.php/biredial-istec/article/view/376. Acesso em: 27 maio 2026.

GARCÊS-DA-SILVA, Franciéle Carneiro; GARCEZ, Dirnele Carneiro; SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da; FEVRIER, Priscila Rufino *et al.* Construindo caminhos: delineando os princípios

da Justiça Informacional. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ENANCIB, 2022. 1-12 p. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/en/article/view/666/678. Acesso em: 21 ago. 2026.

MAIA, Maria Aniolly Queiroz; SCHIESSL, Ingrid Torres; VECHI, Bernardo Dionízio; MACÊDO, Diego José *et al.* Ciência Aberta e acessibilidade: análise das revistas científicas do campo da Ciência da Informação. **Revista Ciência Aberta Lusófona**, [*s. l.*], v. 1, p. 306–?, 2025. Disponível em: https://recal.rcaap.pt/recal/article/download/21/72. Acesso em: 7 set. 2026.

MATHIESEN, Kay. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Social Justice in Library and Information Science and Services**, [*s. l.*], v. 64, n. 2, p. 198-225, 2015. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2937417. Acesso em: 20 maio 2026.

SALES, Márcia Barros de. **Desenvolvimento de um checklist para a avaliação de acessibilidade da web para usuários idosos**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/83089. Acesso em: 10 maio 2026.

SCHULTZ, Jonathan. Beyond Access into Accessibility. **Science Editor**, [*s. l.*], v. 44, n. 1, p. 2-3, abr. 2021. Disponível em: https://www.csescienceeditor.org/article/beyond-access-into-accessibility/. Acesso em: 27 maio 2026.

SILVA, Jaqueline Angela Casaes; ROCHA, Janicy Aparecida Pereira. Accesibilidad para usuarios con discapacidad visual: análisis de la audiodescripción en revistas. **Biblios Journal of Librarianship and Information Science**, [*s. l.*], n. 88, p. e005, 2025. Disponível em: https://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/1223. Acesso em: 26 maio 2026.

SILVA, Luan Soares; NEUBERT, Patrícia da Silva; DIAS, Thiago Magela Rodrigues Dias. Acessibilidade em Periódicos Científicos: abordagens, tecnologias e aplicações. **RDBCI**: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Campinas, SP, v. 23, 2025. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rdbci/a/HsZbVZ33s8DGpqzBctdcJcN/?lang=pt. Acesso em: 3 jun. 2026.

UNESCO. **Recomendação da UNESCO sobre Ciência Aberta**. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379949_por/PDF/379949por.pdf.multi. Acesso em: 21 maio 2026.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.